

OS ARQUIVOS DO HOSPITAL NACIONAL DE ALIENADOS

THE ARCHIVES OF THE HOSPITAL NACIONAL DE ALIENADOS

ALLISTER TEIXEIRA DIAS | Bolsista recém-doutor pela Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)/CNPq. Doutor em História das Ciências e da Saúde pela Fiocruz | allisterdias@hotmail.com

DANIELE CORREA RIBEIRO | Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Fiocruz. Coordenadora do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira | dannycori@yahoo.com.br

LAURINDA ROSA MACIEL | Historiadora e documentalista do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) | laurindamaciel@gmail.com

CÁTIA MARIA MATIAS | Mestre em História das Ciências e da Saúde pela Fiocruz. Bibliotecária do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | catia@ipub.ufrj.br

RESUMO

Este artigo apresenta o arquivo documental oriundo do Hospital Nacional de Alienados. Fazemos considerações sobre as origens das instituições que custodiam este material e refletimos sobre a natureza e potenciais para a pesquisa histórica da documentação que guardam. Apresenta-se, por fim, uma proposta de base de dados que visa amenizar os obstáculos causados pela dispersão física dos documentos.

Palavras-chave: arquivos; Hospital Nacional de Alienados; registros clínicos; base de dados.

ABSTRACT

This article shows us the Hospital Nacional de Alienados's archives. We make considerations about the origins of these places and we reflect on the nature of the documentation they hold, as well as analyse their potential for historical research. Lastly, we talk about a database proposal for surpass the obstacles caused by the physical dispersion of documents.

Keywords: archives; Hospital Nacional de Alienados; clinical records; database.-

RESUMEN

Este artículo presenta el archivo documental proveniente del Hospital Nacional de Alienados. Hacemos consideraciones acerca de los orígenes de las instituciones que tienen esos documentos bajo su custodia y reflexionamos sobre la naturaleza y potenciales para la investigación histórica de la documentación que mantienen. Se presenta, por fin, una propuesta de base de datos que tiene por objeto amenizar los obstáculos de la dispersión de los documentos.

Palabras clave: archivos; Hospital Nacional de Alienados; historias clínicas; base de datos.

INTRODUÇÃO

A história da loucura e da psiquiatria vem se consolidando como temática de pesquisa histórica no Brasil há alguns anos, podendo delimitar-se a partir de várias questões, problemáticas e abordagens teórico-metodológicas possíveis. Segundo a historiadora Yonissa Wadi, podemos compreendê-la

como especialidade temática constituída por um conjunto de discussões e pesquisas que, tendo como tema central a loucura, em temporalidades e espacialidades diversas, a partir de perspectivas teóricas e metodológicas, e de grandes áreas (ciências da saúde e ciências humanas, em especial), áreas (história, sociologia, antropologia, psiquiatria, psicologia etc.) e subáreas do conhecimento [...] também diversas, desdobra-se em problemáticas diferenciadas, como a da constituição dos próprios conceitos (loucura/doença mental/saúde mental), a da sua relação com a configuração da ciência psiquiátrica, a da constituição de aparatos e políticas de assistência ou atenção, a dos dispositivos disciplinares, a das experiências dos sujeitos, entre tantas outras possíveis (Wadi, 2014, p. 115).

Em outras palavras, vem se conformando um terreno plural para a produção de conhecimento com denominador comum na historicidade da loucura e dos saberes e nas práticas médico-psicológicas. Para ele convergem estudiosos de áreas diversas, partindo de múltiplas preocupações. Contudo, como pesquisadores de vários países têm demonstrado,¹ o problema do acesso a documentações clínicas e administrativas das instituições psiquiátricas originadas no Oitocentos aparece como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de pesquisas na área. Sem contar as ainda bem restritas, a depender do contexto, medidas de restauração, preservação e organização destes acervos. Os cenários têm mudado nos últimos anos, mas ainda persistem dificuldades.

A importância deste tipo de acervo, oriundo de instituições médicas e, principalmente, psiquiátricas, não é uma novidade e se ampliou nas últimas décadas. A partir de vertentes que apontam para a constituição sociocultural das ciências médicas, os espaços de produção de saberes e técnicas assumiram papel central nas análises das ciências humanas. No caso específico dos saberes médico-psicológicos e seu dispositivo institucional, o hospício, as obras de Michel Foucault (1978, 2006) e seu legado foram ainda mais marcantes na definição da história das instituições manicomiais como parte de uma sensibilidade social geral ligada ao controle e ao poder na sociedade ocidental.

Assim, desde os anos de 1980 cresceu o interesse da história sobre os acervos documentais dos hospitais psiquiátricos, inclusive como instrumento de transformação social com a

1 Reflexões e exemplos interessantes a respeito podem ser encontrados na coletânea organizada por Porter; Wright (2003). Há também breves discussões sobre o acesso a tais documentos na Argentina em Ablard (2008) e no México em Sacristán (2009).

emergência dos movimentos antimanicomiais. Nesse momento, algumas obras importantes e inaugurais foram produzidas, mas em geral muito centradas nas fontes oficiais das instituições. Posteriormente, ainda que com dificuldades de acesso, especialmente pela falta de organização da documentação naquele contexto, ampliaram-se o interesse e a busca pelos registros médicos, documentos que revelavam aspectos do cotidiano das instituições. São os chamados *case records* ou *clinical records*, na historiografia anglo-americana, ou, na historiografia ibero-americana, *historias clinicas*, *expedientes clínicos*, *relatos patográficos*: documentação escrita, muitas vezes também fotográfica, que narra a vida social, familiar e médica de um paciente internado em instituição psiquiátrica.

Tais “arquivos sensíveis” são merecedores de muitos cuidados éticos e metodológicos no trato e veiculação de suas informações (Salla; Borges, 2017). No Brasil, a organização da documentação que informa sobre os pacientes das mais antigas instituições psiquiátricas públicas – como o Hospício Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro, o Hospício de São Pedro, no Rio Grande do Sul, e o Juquery, em São Paulo – tem sido bem complexa e delicada. Em casos como os do Juquery e do Hospício de São Pedro, as historiadoras Maria Clementina Pereira da Cunha (nos anos 1980) e Yonissa Wadi (no final da década de 1990), respectivamente, foram verdadeiras desbravadoras desta documentação (Cunha, 1986; Wadi, 2002). O trabalho de Cunha consolidou a importância desse tipo de *corpus* documental a partir de uma análise embasada na história social dos indivíduos internados – levando em conta os condicionantes de classe social, raça e gênero.

Jogar luz sobre os arquivos que guardam a documentação histórica do Hospital Nacional de Alienados (HNA) tem se mostrado cada vez mais necessário. Há demandas de historiadores e cientistas sociais e da saúde mental focados na história da psiquiatria e da loucura no Rio de Janeiro de, ao menos, incrementar o “jogo de memórias” (Motta, 2012, p. 23) e, assim, a possibilidade de elaboração de novos sentidos para o passado da psiquiatria, suas instituições e seus protagonistas, sobretudo médicos e pacientes. Da mesma forma, nessa relação de aproximação com o passado a partir de demandas do presente, passou-se a relativizar algumas certezas e interpretações consagradas e, sobretudo, evitar o “esquecimento” acerca das vidas que por estas instituições passaram.

É um momento importante para trazer a comunidade acadêmica, e a sociedade de maneira geral, para dentro da psiquiatria e suas instituições, estimular o debate sobre saúde mental, seu passado e presente, problematizando a noção de periculosidade associada ao sofrimento psíquico. Para isso, fomentar um melhor entendimento dos processos históricos que formaram a psiquiatria e suas instituições é fundamental.

O acervo referente ao HNA e ao Hospício de Pedro II (HP II), instituição que o precedeu, parece, de certa forma, refletir a fragmentação espacial e a diversificação institucional da assistência aos alienados desde fins do século XIX até meados do século XX. À medida que a assistência se diversificava, com a criação de novas instituições, e se desmembrava em modelos institucionais distintos – como as colônias agrícolas para os incuráveis e o manicômio judiciário, alguns serviços abertos e ambulatoriais e os serviços de assistência social, que se destinavam também à população não internada –, outros documentos foram sendo produzidos por diferentes órgãos dos serviços da assistência.

Dessa forma, hoje temos os registros de entrada do antigo Pavilhão de Observações custodiados pela Biblioteca do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ipub/UFRJ); documentos relativos às colônias do Rio de Janeiro e do HNA, distribuídos entre seus dois principais herdeiros, o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS) e o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM); e a documentação relativa ao antigo “Serviço de Alienados Delinquentes” (base do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro), custodiada pelo Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ), ligado à Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (Seap). Portanto, a documentação histórica do HNA foi herdada por quatro instituições.

A instituição produziu vários testemunhos e vestígios de sua experiência histórica, muitos dos quais ainda desconhecidos. Seus documentos clínicos – livros de observação de pacientes, livros de registro de entrada e saída de pacientes, dossiês de internação, exames laboratoriais, entre outros – e administrativos² – relatórios, ofícios, entre outros – estão, hoje em dia, espalhados. A alternativa encontrada para unir esta documentação foi a elaboração de uma base de dados. Essa ferramenta tecnológica é um fator positivo não só para a preservação desses documentos, mas também para a pesquisa e seu ganho qualitativo, já que permite a integração entre os diferentes acervos.

O objetivo primacial deste artigo é descrever a documentação e seu estado atual nos arquivos das instituições que guardam a memória do HNA e o caminho trilhado para a concretização da base de dados História e Loucura <www.historiaeloucura.gov.br>. Para isso, apresentamos um breve histórico sobre o HNA e os acervos que cada uma das instituições custodia, além de um relato a respeito da criação da base e de como se dá sua alimentação e funcionamento.

ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O HNA

Antes de entramos no escopo central do artigo é importante demarcar os pontos relevantes da história e historiografia sobre o HNA, contextualizando tanto a origem das quatro instituições que guardam seu acervo, bem como a documentação que custodiam e seus potenciais usos para a pesquisa histórica. Ratificamos que é fundamental evidenciar o lugar ocupado por estes arquivos tão preciosos e dos quais emergem saberes, práticas e experiências humanas diversas.

No Brasil, o processo de construção dos primeiros estabelecimentos exclusivos para reclusão e tratamento de indivíduos culturalmente considerados “aluados”, loucos ou, numa apreensão médica, “alienados” ou “doentes mentais”, remonta aos anos de 1830 a 1886 e apresenta particularidades relacionadas com as diversas conjunturas regionais do país. No geral, o discurso das autoridades públicas que impulsionaram a criação destas instituições esteve impregnado pelos modernos princípios cientificistas e filantrópicos (Gonçalves, 2013).

2 Uma parte significativa da documentação administrativa do HNA se encontra também no Arquivo Nacional, na Série Saúde (BD)/Codes, IS³.

Nesse sentido, em 1852 foi inaugurado o Hospício de Pedro II. Primeira instituição asilar voltada unicamente para indivíduos “alienados”, contava com uma grande estrutura arquitetônica, situada na região da Praia Vermelha. A instituição teve nas suas origens fortes intenções civilizatórias e humanísticas, mas também normalizadoras, expressando um desenho de Império centralizado e escravista (Engel, 2001). Com a Proclamação da República, o estabelecimento teve apagado o nome do imperador, tornando-se Hospício Nacional de Alienados, depois passou a ser denominado Hospital Nacional de Alienados. Aí, o “alienismo”, área de saber médica desenvolvida desde fins do século XVIII, logrou, paulatinamente, numa atmosfera positivista de laicização, certos resultados e legitimações no bojo da administração da instituição (Engel, 2001), êxitos e validações que já se apresentavam no período imperial. Depois de um momento de séria crise perante a opinião pública, nos primeiros anos do século XX, logo depois de assumir a direção da Assistência Médico-Legal aos Alienados³ e do HNA, em 1903, o médico baiano Juliano Moreira empreendeu esforços para organizar as políticas de assistência à loucura, mas, sobretudo, para modernizar a instituição asilar da capital federal, transformando-a em um modelo (Dias, 2011).

De fato, algumas investigações mais recentes têm demonstrado como o HNA, especialmente a partir de 1903, tornou-se um centro de referência em âmbito nacional e internacional de produção e difusão de saberes médico-psicológicos e práticas assistenciais, e também normalizadoras (Facchinetti, 2010). Estudos que vêm salientando, além de tudo, o quanto a instituição foi palco da experiência de vários atores: médicos psiquiatras e de outras especialidades, enfermeiros, estudantes de medicina e, principalmente, os pacientes psiquiátricos.

Recentemente, no Brasil, a tendência de revisar a chamada “tese do controle social” ganhou força. Tal “tese” tem o pressuposto interpretativo de que a psiquiatria e suas instituições têm, constitutiva e funcionalmente, como tônica central de seus saberes e práticas, o objetivo de dominar/controlar as condutas socialmente desviadas, produzindo o ajustamento à ordem burguesa (Scull, 2006), uma vez que o surgimento da psiquiatria e do seu dispositivo institucional é coetâneo à emergência da burguesia como ator da governabilidade moderna (final do Setecentos). Matizar tal pressuposto não significa, todavia, desconsiderar totalmente a face normalizadora, ou melhor, de subjetivação da norma, implicada nos protocolos das instituições psiquiátricas.

A DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO PAVILHÃO DE OBSERVAÇÃO DO HNA

O Pavilhão de Observação⁴ (PO) foi criado em 1892, pelo decreto n. 8.963, da Assistência Médico-Legal de Alienados. Era uma instituição vinculada ao HNA e à Faculdade de Medicina

³ Ente que deveria agrupar todas as instituições voltadas para a questão da alienação mental na capital federal.

⁴ Em 1911, passou a ser denominado Instituto de Neuropatologia; em 1927, Instituto de Psicopatologia e, em 1938, a instituição foi transferida para a Universidade do Brasil, constituindo-se como Instituto de Psiquiatria.

do Rio de Janeiro, com a dupla finalidade de avaliar os suspeitos de alienação mental enviados pelas autoridades policiais, desempenhando o papel de porta de entrada para o hospício, e se destinar às aulas práticas da cadeira de clínica psiquiátrica do curso. Sua direção ficava a cargo do professor catedrático dessa cadeira e as despesas referentes ao seu funcionamento eram custeadas pelo Hospício Nacional de Alienados (Munoz; Facchinetti; Dias, 2011).

Os indivíduos encaminhados à instituição ali permaneciam pelo prazo médio de quinze dias e a observação destes fazia parte das aulas práticas de psiquiatria, resultando na elaboração dos registros médicos e na definição do diagnóstico. Os dados referentes aos procedimentos e rotinas, aos quais os pacientes foram submetidos, foram registrados e anexados nos livros de observações clínicas e nos registros de entrada e saída dos pacientes. Esses documentos hoje se encontram armazenados no Núcleo de Memória Institucional, localizado na Biblioteca Professor João Ferreira da Silva Filho, do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ipub/UFRJ). Vale ressaltar que esse conjunto documental hoje faz parte da Coleção Memória da Psiquiatria Brasileira e foi inscrito no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco.

Antes de serem incorporados ao acervo da biblioteca, esses documentos permaneceram armazenados em local inadequado e, devido à longa exposição a condições ambientais adversas, apresentavam visíveis marcas de degradação. Para que esse quadro fosse revertido, foi necessário pensar em medidas de conservação preventiva e em mecanismos de organização e disponibilização das informações contidas nos documentos. Foi estabelecido um plano de trabalho objetivando preservar, organizar e facilitar o acesso às informações contidas na coleção. Esse plano foi dividido em duas fases, de acordo com a disponibilização de verbas para aquisição de materiais e mão de obra para a execução das atividades. A busca de dados históricos sobre a instituição que gerou os documentos, o Pavilhão de Observação, somadas às reais necessidades informacionais dos pesquisadores, contribuiu para a implementação da estratégia de atuação.

A primeira etapa do plano de trabalho foi constituída das seguintes atividades: diagnosticar o estado físico dos documentos; capacitar os profissionais da biblioteca; definir e implantar técnicas e métodos de conservação preventiva (higienização, pequenos reparos e acondicionamento); inventariar a coleção; separar e acondicionar o material de acordo com a sua tipologia; levantar a história institucional do pavilhão e de seus atores. A segunda etapa do plano de trabalho, ainda em execução, foi dividida nas seguintes ações: organizar os documentos por meio do processamento técnico, da localização física e inclusão dos dados na base de dados Minerva, da UFRJ; estabelecer formas de acesso seguro às informações, por meio de regras de acesso; gerenciar os riscos e divulgar a coleção através de fôlderes, catálogos e redes sociais.

A coleção de registros médicos, oriundos do Pavilhão de Observação, é composta por documentos manuscritos, textuais e em suportes iconográficos, constituindo-se num raro manancial de informações de teor histórico, científico, social e cultural. Numericamente, a coleção corresponde aos seguintes documentos: 1) seis livros de matrículas de entrada, saída e diagnóstico dos pacientes (1894-1945). São volumes editados em gráfica, onde foram ma-

nuscritas as principais informações sobre o paciente. Até onde se sabe, todos os pacientes que adentraram a instituição foram registrados nestes volumes; 2) 525 livros de observações clínicas (1896-1945), com uma média de 63.500 registros manuscritos sobre pacientes que passaram pelo Pavilhão. Os primeiros livros assemelham-se a cadernos e as informações ali contidas não eram uniformizadas. De 1903 até 1908, as informações passaram a obedecer à padronização própria da clínica psiquiátrica e médico-legal. A partir de 1908, os registros passaram a conter as fotos dos pacientes e os dados foram anotados em dois modelos diferentes de fichas impressas, com campos predefinidos. A ficha referente à primeira internação é mais complexa, mas da segunda internação em diante utilizava-se uma ficha mais simples, contendo apenas alguns dados do paciente. Estes livros são bem completos, mostrando com riqueza de detalhes informações sobre o aspecto físico e psicológico do indivíduo observado. As fichas de observações revelam também informações sobre a terapêutica ministrada, fotografias, exames clínicos, testes psicológicos, cartas pessoais e recortes de jornais de época. Existem por volta de 170 recortes de jornais, com matérias sobre os pacientes, relatando o motivo da internação e as particularidades de cada caso; 3) nove fotografias (da década de 1920). O pequeno mas significativo conjunto de registros fotográficos documenta construções existentes no antigo complexo asilar do Hospital Nacional de Alienados e no Pavilhão de Observação, apresentando, inclusive, imagens do corpo técnico administrativo, professores e médicos ligados à instituição.

O pesquisador consegue, a partir deste *corpus* documental, perceber as particularidades da primeira avaliação dos pacientes “gratuitos” do HNA, bem como observações de entradas subsequentes que, porventura, tais pacientes viessem a ter. Conhecer essa documentação histórica permite ainda uma melhor compreensão das transformações dos métodos de tratamento clínico, dos diagnósticos, da terapêutica prescrita, das práticas médicas de um determinado período; vislumbrar impressões pessoais, costumes e o comportamento dos atores sociais envolvidos no processo de institucionalização da loucura e psiquiatria no Brasil. Ela contribui para a compreensão do papel social do Pavilhão de Observação como espaço de ensino e pesquisa, principalmente na medida em que esta instituição colaborou para a formação dos primeiros psiquiatras brasileiros (Mathias, 2017).

A DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO HNA NO ACERVO DO IMASNS

O IMASNS, localizado no bairro de Engenho de Dentro, Zona Norte do Rio de Janeiro, é uma instituição de saúde mental que tem seu projeto institucional articulado em diversos eixos de atuação, ligados tanto à assistência quanto à pesquisa, à memória, à cultura e à formação acadêmica e profissional. O Centro de Documentação e Memória do IMASNS tem o papel de preservação e produção de memória ligada aos saberes médico-psicológicos e às experiências de reclusão manicomial na história do Brasil.

Este projeto institucional está vinculado às políticas da reforma psiquiátrica, mas também ao patrimônio documental hoje custodiado pelo instituto. Além dos registros históricos da instituição, fundada em 1911 como uma colônia de trabalho agrícola para as mulheres

alienadas transferidas do HNA, o IMASNS recebeu parte importante da documentação do primeiro hospício brasileiro. Com o tempo, a colônia passou a ter como propostas terapêuticas os serviços de assistência heterofamiliar, extra-hospitalar, ambulatorial e o primeiro órgão de divulgação da linha profilática da psiquiatria do período, a higiene mental, com o Instituto de Profilaxia Mental (1921), que originou, em 1923, a Liga Brasileira de Higiene Mental.

A partir de 1944, com a criação do Centro Psiquiátrico Nacional (pelo decreto n. 7.055, de 18 de novembro) como parte do Serviço Nacional de Doenças Mentais, a estrutura médica e administrativa do HNA foi transferida da Praia Vermelha para o Engenho de Dentro, o que justifica a presença de parcela fundamental dos acervos daquela instituição no atual IMASNS. Não há dúvidas de que, ao menos no aspecto quantitativo, a maior parte da documentação histórica do HNA está nesta instituição. Atualmente, esta documentação está dividida em dois fundos arquivísticos: Hospício de Pedro II (1833-1889) e Hospício Nacional de Alienados (1889-1944). Em ambos os fundos estão incluídos tipos documentais diversos relacionados tanto à administração da instituição quanto aos indivíduos ali internados.

Com relação ao recorte do Hospício de Pedro II, toda a documentação localizada já está organizada, identificada e acondicionada nas dependências do Centro de Documentação e Memória do IMASNS. No presente momento, atua no centro uma equipe composta por uma arquivista, um bibliotecário, uma auxiliar colaboradora, uma funcionária para serviços de limpeza e cinco estagiários cedidos pelo Centro Cultural do Ministério da Saúde. A coordenação cabe a uma historiadora.

Os registros de entrada dos internos totalizam mais de 11 mil dossiês, organizados em ordem cronológica e alfabética, que podem ser localizados a partir de planilha descritiva. Esses dossiês incluem as fichas cadastrais dos internos que, em geral, são acompanhadas de outros documentos que remetem aos próprios trâmites de ingresso na instituição, como pedidos de entrada, atestados, laudos médicos e encaminhamentos de outras instituições. Já a documentação administrativa inclui tanto documentos e dossiês relativos à negociação do terreno destinado ao Hospício de Pedro II e da sua construção, quanto livros de pontos de funcionários, registros de matrícula de escravos e alguns livros de controle financeiro.

Já o material produzido no Hospício Nacional de Alienados ainda está em processo de organização e identificação, mas também inclui registros de natureza clínica e administrativa. Os registros de entrada dos internos totalizam mais de 28 mil dossiês, organizados sob a mesma lógica do fundo HP11, e já estão parcialmente descritos em planilhas. Parte da documentação administrativa está identificada e inclui livros relativos aos funcionários e ao controle interno da instituição. No entanto, há ainda caixas em processo de identificação e descrição, que incluem tanto ofícios e memorandos administrativos quanto documentos relativos a pacientes, suas transferências e encaminhamentos.

Como já foi apontado, no caso do Rio de Janeiro e das instituições detentoras do acervo do HNA, já houve iniciativas de inventariança e catalogação dos conjuntos documentais, o que permitiu que cada vez mais pesquisadores se aproximassem destes arquivos. Este processo se deu através de diferentes vínculos em cada uma das instituições detentoras dos acervos, mas contou com parcerias de outras organizações, como o Centro Cultural do Mi-

nistério da Saúde, a Casa de Oswaldo Cruz e o Arquivo Nacional. No caso do IMASNS, o crescimento das demandas por pesquisas tem sido perceptível nos últimos anos, apontando, inclusive, para a relação entre as políticas de preservação e organização, e a consolidação de campos de pesquisa. Desde 2016, foi possível perceber não apenas o crescimento numérico das solicitações de acesso, mas também uma diversificação dos objetos de estudo, apontando para o potencial analítico da documentação. Tem sido cada vez mais frequente o interesse sobre os acervos do IMASNS visando análises sobre questões de gênero e raciais, ou mesmo sobre a temática da escravidão, por exemplo.

Entendemos esta ampliação e diversificação do interesse como uma articulação entre demandas dos próprios campos das ciências sociais e do potencial da documentação. Como foi afirmado anteriormente, o acervo possui documentação administrativa e clínica. Em ambos os casos, a depender da leitura que se possa fazer das fontes, é possível analisar tanto fatores ligados ao que se pode chamar de uma história administrativa da instituição, quanto questões da história social e cultural, ou mesmo elementos que se articulam às dinâmicas próprias de elaboração do saber psiquiátrico. Os registros de entrada, bem como algumas trocas de ofícios entre autoridades, permitem uma aproximação dos meandros das relações sociais presentes em cada período da história do Brasil, apontando alianças, vínculos e influências entre classes sociais distintas.

Por outro lado, os registros de entrada e seus anexos apontam aspectos relevantes dos processos de internação, evidenciando como e quais grupos estavam sendo classificados como loucos e, portanto, sendo excluídos da vida em sociedade. Trâmites institucionais e estratégias para o acesso apontam redes de solidariedade e vínculos clientelares como fatores determinantes nas relações sociais (Ribeiro, 2015).⁵ Na documentação do século XIX é possível, em alguns casos, acessar histórias e trajetórias de escravos que passaram pela instituição e pensar quais eram os interesses e vínculos presentes quando seus senhores decidiam pela internação.

Ainda que hoje a demanda por pesquisas relacionadas ao acervo seja crescente, as possibilidades analíticas estão longe de serem esgotadas. Da mesma forma, as políticas de preservação e gestão da documentação do IMASNS ainda estão em processo intermediário, sendo fundamental tanto a manutenção de investimentos quanto a integração pertinente entre as várias instituições de guarda e que possuem interesse no acervo do HNA.

A DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO HNA NO ACERVO DO IMASJM

Assim que assumiu a direção da Assistência Médico-Legal aos Alienados, em 1903, o psiquiatra Juliano Moreira reivindicou a criação de novas colônias agrícolas, com o objetivo de desafogar o HNA, no seu entendimento, superlotado. Pelo que consta nas memórias da

⁵ Tais considerações decorrem de pesquisa no fundo Hospício de Pedro II, série Internação, Arquivo Permanente do Instituto Municipal Nise da Silveira. Ver Ribeiro (2015).

região, a área onde a Colônia de Psicopatas Homens de Jacarepaguá foi inaugurada originou-se de um dos mais antigos engenhos de cana-de-açúcar, conhecido como Engenho Novo de Jacarepaguá. Em 1912, após o apogeu do ciclo do açúcar, o governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) desapropriou o Engenho Novo, com o intuito de assegurar um novo espaço necessário à transferência dos pacientes das colônias de alienados da Ilha do Governador, consideradas em condições inadequadas.

Criada em março de 1924, a então Colônia de Psicopatas de Jacarepaguá, renomeada Colônia Juliano Moreira (CJM) em 1935, fazia parte da estrutura de funcionamento da Assistência Médico-Legal aos Alienados. Na década de 1940, a CJM sofreu grande ampliação em razão da uma reorientação da política pública de assistência aos doentes mentais que, por sua vez, seguia as diretrizes da área da saúde em geral. Esse é o momento da criação do Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), em 1941. Foi uma década de expressiva expansão numérica de internações na CJM (Venâncio; Cassília, 2010).

O SNDM permaneceu em funcionamento até a década de 1970, quando o Ministério da Saúde reorganizou sua estrutura substituindo este serviço pela Divisão de Saúde Mental (Dinsam). Este órgão do governo federal tinha como atribuições o planejamento, a coordenação e a fiscalização dos serviços de assistência e reabilitação de doentes mentais, estabelecendo normas e padrões para os serviços que foram designados objetos de sua competência.

Parte da documentação histórica herdada pela Dinsam encontra-se no atual Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, fazendo parte do fundo Dinsam, recolhido para a Colônia Juliano Moreira em 1989, quando a divisão deixou de funcionar no então Centro Psiquiátrico Pedro II. Em 1994, esses documentos foram organizados preliminarmente e descritos por um grupo de profissionais do Arquivo Nacional. São documentos textuais com cerca de 290 m², abrangendo o período de 1836 até fins da década de 1980. A documentação reúne correspondências, relatórios, projetos, prontuários e livros de observação de pacientes, registros de ocorrências, fotografias, plantas baixas, atas de reuniões, gráficos, documentos relacionados a pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças etc.

Obviamente, o fundo Dinsam não representa a totalidade dos documentos produzidos e acumulados pelo órgão no decorrer das suas atividades e não há informações precisas sobre o restante da documentação. Recentemente, porém, foram encontradas muitas encadernações do Hospício Pedro II e do Hospital Nacional de Alienados neste fundo, com um tratamento arquivístico apenas inicial. Levantou-se um total de 439 encadernações, sendo cinquenta do século XIX e 17 sem reconhecimento de data. Os livros foram identificados, passaram por higienização mecânica e por acondicionamento em novo invólucro de papel e barbante.

A maior parte desta documentação é composta por livros de observações clínicas de pacientes do HNA, de seções de homens e mulheres, pacientes pensionistas ou gratuitos (no período republicano, chamados de “indigentes”). Ali se encontram, por exemplo, livros de anotações clínico-descritivas e terapêuticas de médicos particulares. As observações

clínicas de Afrânio Peixoto, entre 1904 e 1905, de pacientes da Seção Pinel – seção de indigentes – estão presentes em um enorme volume.⁶ Documentações dessa natureza permitem ao historiador compreender a construção de uma prática clínica, de um pensamento psicopatológico e o cotidiano da prática psiquiátrica. Muitas vezes revelam as ambiguidades da relação teoria-prática. Junto disso, permite dar rosto aos pacientes psiquiátricos de um determinado período histórico. Elas acabam por “transcender o discurso do especialista” (Huertas, 2013, p. 9). A narrativa clínica condensa em si vestígios ambíguos dos sujeitos submetidos à situação de internamento. Para a historiadora mexicana Cristina Sacristán,

Interpretando estas fontes a partir dos seus contextos podemos encontrar as ideias, as expectativas, as queixas, os sofrimentos e os temores, não só dos que chamamos de loucos, mas também dos seus próprios contemporâneos, porque fazem referência a uma realidade existente e compartilhada (Sacristán, 2005, p. 30).

Isto sem contar os livros de registros de funcionários, que permitem uma identificação antes impossível das pessoas que trabalharam no HNA. Foi possível conhecer, por exemplo, o nome de professores e professoras que trabalharam no HNA no início do século XX.⁷ Índices gerais de pacientes permitem a busca por pacientes específicos. Os registros de ocorrências diárias iluminam melhor ainda a cotidianidade institucional. Livros receituários e de tratamentos podem abrir janelas para a história das terapêuticas psiquiátricas, temática que vem se desenvolvendo bastante nos últimos anos, com ênfase nos modos de implantação de determinadas racionalidades terapêuticas e suas relações com padrões socioculturais (Braslow, 1997). Em suma, são fontes históricas de inestimável riqueza, que podem abrir muitos flancos de investigação, pois constituem testemunhos fundamentais tanto para a reconstrução de histórias de vida a princípio perdidas, como para um melhor conhecimento das dinâmicas do saber e da prática psiquiátrica.

O IMASJM, mesmo com o grande esforço já realizado para preservar a documentação histórica do HNA que para ali foi encaminhada, atualmente encontra dificuldades para perpetuar ações de preservação adequadas. Muitos documentos se encontram em estado emergencial e delicado de conservação, necessitando de intervenções mais sistemáticas de higienização, restauração e conservação. Ações como pequenos reparos, reconstituição de páginas e confecção de novas capas para os livros de observações clínicas se fazem imprescindíveis para o início de uma disponibilização mais perene para a pesquisa histórica. Sem isso, a relevância, a profundidade e a riqueza desta documentação ficam sem visibilidade.

6 IMASJM. Livro de observação – masculino. Rio de Janeiro, 1904 e 1905. Fundo Dinsam, sala Same, módulo 1, prateleira 3, lote 772.

7 IMASJM. Livro 10 de ponto do pessoal subalterno, Hospital Nacional de Alienados. Rio de Janeiro, julho de 1909 a outubro de 1910. Fundo Dinsam, sala Same, módulo 2, prateleira 2, lote 971.

A DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO HNA NO ACERVO DO MUSEU PENITENCIÁRIO (MPERJ)

O local físico onde atualmente está localizado o Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro foi, no passado, sede do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (MJRJ), inaugurado em 1921, bem próximo do complexo penitenciário que reunia a Casa de Detenção e de Correção.⁸ Quando da sua criação, para ali foram levados todos os “alienados delinquentes” que viviam no HNA, na chamada “Seção Lombroso”, mais formalmente conhecida como “Serviço de Alienados Delinquentes”, cujo funcionamento parece remontar ao início dos anos de 1910. Por essa razão, no museu se encontram os livros de observação de alguns pacientes “criminosos” que viveram no HNA, entre 1899 e 1921.⁹

Nos anos de 1990 e 2000, a atuação da bibliotecária Walda Pedreira levou à constituição do fundo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, ligado ao Ministério da Saúde. Os documentos do HNA foram, então, higienizados, identificados e microfilmados. A microfilmagem da documentação clínica do Serviço de Alienados Delinquentes não gerou um produto satisfatório, pois os microfilmes são bastante ilegíveis. Foi, contudo, a maneira encontrada por aqueles que ali atuavam para tentar preservar o conjunto documental. O relativo abandono da documentação depois do falecimento de Walda Pedreira (e bem antes, na década de 1970, com o decréscimo dos recursos), a desinstitucionalização do Hospital de Custódia e o aumento significativo da demanda pelos exames periciais fizeram com que a prévia identificação e organização da documentação ficassem sem os nortes anteriores.

São três as encadernações de observações clínicas que possuem anotações sobre os pacientes que passaram pela “Seção Lombroso” do HNA, em um total de 119 atendidos. Esses pacientes eram, em sua maioria, componentes das classes populares e trabalhadoras da cidade do Rio de Janeiro, que cometeram crimes ou contravenções. A maior parte das observações foi realizada entre 1917 e 1921. Nos dados pessoais e de identificação se anotavam aspectos como nome, cor, delito, data de entrada (a data da observação vinha ao final, com a assinatura do médico), diagnóstico, profissão, naturalidade, idade e o órgão do qual partiu a requisição para a internação.

Encontram-se pedidos de exames de outros governos estaduais, dos hospitais do Exército e da Marinha, da Casa de Detenção e Correção, da Repartição Central da Polícia etc. Ocorria raramente de juízes solicitarem observação psiquiátrica de alguns indivíduos. No geral, as observações são acompanhadas de fotos frontais e de perfil do rosto dos pacientes, mas nem todos foram fotografados. Os diagnósticos mais comuns foram: “parafrenia”; “degeneração mental”; “psicose maníaco depressiva”; “demência precoce”; “paralisia geral”.¹⁰

8 A partir de 1954, conhecida como Manicômio Judiciário Heitor Carrilho. Em 1984, passou a se chamar Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. Depois, em 2013, Instituto de Perícias Heitor Carrilho.

9 Sem contar que sob a guarda do museu, atualmente, também está toda a documentação do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro e das instituições que o sucederam.

10 Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Cf. Livros de Observação do Serviço de Alienados Delinquentes, 1, 2 e 3. Fundo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, estante 1, prateleira 1.

Desde o início de 2017, junto com a higienização, identificação, descrição e organização dessa documentação, desenvolvem-se investigações que buscam compreender a elaboração histórica dos vínculos entre crime e loucura. Mais ainda, tais estudos também têm tentado reconstruir as experiências de indivíduos que passaram por aquela instituição, sua história social e as representações sobre eles construídas. Isso porque são muitos os casos que apresentam recortes de reportagens da imprensa leiga sobre esses indivíduos e os crimes que lhes foram atribuídos. Dessa forma, tal documentação figura como extremamente significativa para os estudiosos interessados em temas como: história da psiquiatria, história da psicopatologia forense, história da medicina legal, da criminologia, do crime e dos “criminosos” no Rio de Janeiro, estudo das subjetividades desviantes etc.¹¹

No momento realiza-se a higienização, identificação preliminar e organização da documentação administrativa do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (MJRJ), de 1921 até 1944. Alguns fundos, séries e dossiês já foram incluídos na base. São cerca de 240 caixas, cada uma com aproximadamente cinquenta envelopes em ordem alfabética, contendo o dossiê da vida institucional desses pacientes. Ou seja, é uma documentação que diz respeito à vida de muitos indivíduos, abarcando boa parte do período republicano. Este conjunto documental interessa às investigações sobre a história do Hospital Nacional de Alienados porque muitos pacientes que passaram pelo MJRJ também passaram pelo HNA em algum momento. Tais dossiês apresentam ofícios de comunicação entre o MJRJ e outras instituições (como o HNA) a respeito da realização de exames psiquiátricos, internação e transferência de internos; documentos administrativos; registros clínicos; recortes de jornais e cartas de pacientes, parentes e advogados.

UMA PROPOSTA DE BASE DE DADOS E O SISTEMA ATOM

Os trabalhos de pesquisadores interessados na história do HNA resultaram na formulação de uma base de dados nomeada História e Loucura. Identificamos a necessidade de uma ferramenta que pudesse unir virtualmente as partes integrantes dos fundos institucionais para que os mesmos não perdessem sua organicidade e ligação com o órgão produtor. Além disso, esta ação visa também sua preservação e disseminação futura, já que tal documentação se constitui em um patrimônio documental único acerca do universo hospitalar, dos saberes médicos, psicológicos e da experiência histórica de vários sujeitos, abarcando a história do Brasil Império e República. Inegavelmente, a concretização desta ação é positiva para novos e antigos pesquisadores que terão acesso a informações cruciais de documentos que antes não tinham sua visibilidade tão explícita, que fomenta novas investigações.

Esta proposta é extremamente pertinente para o momento atual, cada vez mais marcado pelo interesse nos temas de estudos relativos à história da loucura e da psiquiatria no Rio de Janeiro, mas também pela diminuição do empenho das administrações públicas, em

¹¹ Estudos interessantes nessa área, em vários contextos, encontram-se em Becker; Wetzell (2006).

suas diversas esferas, em preservar esses acervos, aumentando suas vulnerabilidades. Importante lembrar que as instituições pertencem às três esferas de poder: municipal (IMASJM e IMASNS), estadual (Museu Penitenciário) e federal (Ipub).

A “difusão” é função arquivística relevante e condição fundamental para o cumprimento da finalidade principal do tratamento documental que é o acesso às informações (Belloto, 2002). Como é conhecido, o entrelaçamento do documento com seu produtor é um dos elementos centrais do tratamento arquivístico. A tentativa de agrupamento que a base encerra está respaldada, entre outros fatores, na observação da “proveniência documental”, dando sentido de conjunto, de menor dissipação e melhores possibilidades de acesso aos documentos históricos (Couture; Rousseau, 1998). Sendo o elo entre os fundos documentais e sua instituição produtora – o HNA –, a ideia de uma base aparece como a ferramenta mais viável de integração, de promoção de uma organicidade facilitadora de buscas e pesquisas, podendo, inclusive, fomentar ações de preservação, considerando seu lugar de patrimônio cultural único.

A partir da assessoria da arquivista Maria da Conceição Castro, profissional capacitada no uso e disseminação da ferramenta AtoM, *software* livre desenvolvido pelo International Council on Archives, que contém em seu modelo de organização os campos de preenchimento da ISAD(G),¹² constatamos a adequação da ferramenta ao propósito da base, já que esta preenche os dados da descrição multinível. O instrumento aceita descrições de várias instituições arquivísticas, sendo um “*software* livre com código aberto, ou seja, pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem restrição” (Lima; Flores, 2017 p. 209). É importante afirmar ainda que este sistema se encontra em uso há alguns anos pelo Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC), a partir de um convênio celebrado com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme), com o intuito de customizar os campos do AtoM que pudessem atender às necessidades apresentadas pela COC nesta descrição, considerando a especificidade de seu acervo.¹³

O sistema organiza as informações dos fundos documentais, passando por séries ou sub-séries, dossiês até o nível de descrição de itens, se for esse o caso. Seu custo de instalação, configuração e manutenção é bem reduzido e as instituições custodiadoras podem dialogar entre si a partir desse ambiente, o que se apresenta como função bastante pertinente. Ele permite, ainda, a posterior digitalização e inserção de itens documentais que se julguem mais importantes ou atrativos para a consulta.

Na base de dados História e Loucura, cujo domínio foi homologado pelo governo federal – o que a coloca em evidência no mundo *web*, sendo de fácil visualização em sites de busca –, constam informações das quatro instituições custodiadoras da documentação do HNA (IMASJM, IMASNS, MPERJ e PO/Ipub), bem como dados institucionais e administrativos, tais

12 Norma geral internacional de descrição arquivística que preenche os dados da descrição multinível. No Brasil, utiliza-se a Nobrade (Norma Brasileira de Descrição Arquivística).

13 Tal resultado pode ser conhecido no endereço eletrônico <arch.coc.fiocruz.br> e tem demonstrado ser uma experiência exitosa desde 2009, pelo menos.

como endereço, descrição arquivística, condições de acesso e uso de seus acervos, fundos documentais etc. (figura1).

Figura 1– Espelho da interface da base de dados História e Loucura – fundo HPII (Hospício de Pedro II) (IMASNS)



No que se refere propriamente à documentação, já é possível obter informações on-line sobre o que pode ser encontrado no IMASJM, IMASNS, MPERJ e no Ipub,¹⁴ com dados gerais de identificação das instituições que detêm os acervos, dos fundos, das séries, subséries e dossiês (figura 2). A inserção de dados nos campos respectivos é feita a partir do preenchimento de planilhas nas instituições, dentro da padronização da Nobrade. Nela, no nível de dossiê (figura 3), por exemplo, são preenchidos, além de uma área geral de identificação (título, data, nível de descrição, dimensão e suporte) e uma área de contextualização (com dados dos níveis acima de descrição), o âmbito e o conteúdo, indicando de que se trata o documento, suas características e as informações que apresenta. Por fim, constam as características físicas, as condições e pontos de acesso (assuntos), responsáveis pela descrição no arquivo e alimentação da base. Tais dados podem ser digitados em qualquer hora e computador com acesso à internet, pelos digitadores credenciados para alimentá-la com a inserção dos dados.¹⁵ Doravante, com o término do financiamento da pesquisa, as instituições custodiadoras ficarão com esta incumbência.

¹⁴ Como já foi dito, pelo estágio ainda inicial de identificação, higienização e organização da documentação presente no Museu Penitenciário, os dados das séries, subséries e dossiês do Fundo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho ainda não estão presentes na base.

¹⁵ Os pesquisadores e estudantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) vinculados ao projeto de pesquisa “Do Hospício de Pedro II ao Hospital Nacional de Alienados: cem anos de histórias”, assim como um digitador profissional contratado, possuem acesso à alimentação da base.

Figura 2 – Espelho do fundo MPERJ – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho



Figura 3 – Espelho de dossiê 0001 do fundo MPERJ – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho



Foi feita uma adaptação dos campos de informação necessários às reais necessidades apresentadas, tendo em vista que o foco seria a particularidade da documentação encontrada nas instituições, e os registros dos saberes e práticas médicas e psicológicas. Esse dado é

importante já que precisamos ter palavras-chave, descritores, nomes próprios, vocabulário etc. que façam parte do universo da psiquiatria para a busca ser mais eficaz e correta. Contudo, essa adaptação dos campos de informação ainda precisa ser aprimorada. As palavras-chave, os descritores e as convenções sobre nomes próprios e vocabulário merecem bastante discussão, sobretudo considerando o longo recorte temporal de existência da instituição: de 1841 (criação do Hospício de Pedro II na Praia Vermelha) até 1944 (criação do Centro Psiquiátrico Nacional, no bairro do Engenho de Dentro).

Em todas as fases dessa customização, tivemos a assessoria e apoio dos profissionais de tecnologia da informação da Casa de Oswaldo Cruz, que ofereceram o suporte necessário para muitas questões surgidas no decorrer das atividades e que impactam a continuidade das etapas posteriores. Nesse aspecto, a assessoria, diálogo e apoio dos profissionais de tecnologia da informação têm sido cruciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, resultante das reflexões e ações ligadas a um projeto de pesquisa interinstitucional abrangente, com facetas de investigação histórica, conservação e divulgação de fundos arquivísticos, buscou descrever o atual estado e a organização dos arquivos do Hospital Nacional de Alienados, suas origens, potencialidades heurísticas na pesquisa histórica e possibilidades de incremento por meio de sua integração. Fica claro, em razão do exposto, o quanto são pertinentes os esforços em promover o entrelaçamento das instituições que detêm a documentação do HNA. A criação da base de dados História e Loucura dá novo fôlego para essas aproximações, assim como oportunidades inéditas de divulgação. O pressuposto é o de que a sistematização virtual da documentação histórica do HNA ajudará a fomentar pesquisas e, quiçá, ações de preservação.

Nesse sentido, o projeto “Do Hospício de Pedro II ao Hospital Nacional de Alienados: cem anos de histórias, 1841-1944” foi um importante mobilizador e catalisador de esforços interinstitucionais rumo à conservação e catalogação de acervos do Hospital Nacional. Tratou-se, no entanto, de somente uma etapa em meio a um histórico de esforços das instituições custodidoras, haja vista a necessidade de ações permanentes e de longa duração demandadas por atividades dessa natureza.

Desde o início, o objetivo inicial de construção de uma base de dados foi entendido como um processo inaugural de reunião virtual desses acervos, não tendo características de um trabalho finalizado, mas aberto e em continuidade. Não se podem esquecer os riscos e vulnerabilidades aos quais estão submetidos alguns documentos presentes nesses arquivos, uma vez que ainda é necessário intensificar as ações sistemáticas de restauração e preservação. É notório o quanto um processo de divulgação dos acervos, ainda que virtualmente, é uma prática interessante de valorização e legitimação do investimento público ou privado nas suas mais variadas formas. O que, vale enfatizar, não descredencia os esforços e ações já tomadas por pesquisadores, mas, sobretudo, por arquivistas, bibliotecários e todos os fun-

cionários que atuam há bastante tempo nas instituições.

No que se refere especialmente às pesquisas históricas nesses acervos, é possível que, a partir da criação da base de dados, possa ser realizada uma ampla abordagem quantitativa e qualitativa do HNA, mesmo que por amostragem, percorrendo, de forma abrangente, o perfil social e diagnóstico da população que passou pela instituição, suas mudanças demográficas ao longo desses cem anos, as relações com atores externos, suas prováveis articulações com os variados processos sociopolíticos, culturais e cognitivos.¹⁶

Os próximos passos serão dados de forma descentralizada, com protagonismo das instituições custodiadoras, enquanto se dará prosseguimento às parcerias e debates sobre os acervos. A ideia é que cada instituição, de forma autônoma, aumente a precisão da descrição com o auxílio dos pesquisadores que realizam investigação nos seus acervos. Também é recomendável que cada órgão busque recursos para a digitalização de sua documentação, com posterior inserção na base de dados.

A aproximação das equipes se realizou de forma bastante profícua, viabilizando a consolidação de uma linguagem mais próxima para as classificações arquivísticas e suportes múltiplos para o processo de trabalho. Com o término do financiamento da pesquisa no final de 2018, o conjunto de pesquisadores e instituições custodiadoras deu início a um fórum permanente para discussão e gestão da base de dados. Com representantes do Departamento de Arquivo e Documentação, de Tecnologia da Informação e do Departamento de Pesquisa (todos ligados à Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz) e das quatro instituições detentoras dos acervos, o objetivo é manter o elo e a parceria entre todos os entes envolvidos.

O fórum será um espaço de debate técnico e teórico, com ênfase nas temáticas relativas à história da cidade do Rio de Janeiro e suas instituições na passagem do Império para a República, na higienização e organização de acervos e no treinamento continuado para o uso e gestão da base de dados História e Loucura. A ideia é fazermos duas reuniões anuais (a primeira já agendada para março de 2019), inicialmente, sob a responsabilidade da Fiocruz. Também será um espaço para discutir e regular a continuação da alimentação da base pelas instituições, sugerir modificações e realizar balanço dos trabalhos, rever termos utilizados e sua pertinência, propor novos termos de indexação etc.

A partir do início do uso rotineiro da base de dados, acompanhada de seus manuais, catálogo de descritores e vocabulário controlado, será cada vez mais possível que cada uma das instituições possa dar continuidade a sua alimentação, complementando os dados já inseridos e refinando suas descrições. Dessa forma, o fórum garantirá a atualização permanente dos instrumentos de pesquisa, além do diálogo contínuo entre as instituições detentoras dos acervos e a responsável pela gestão tecnológica da base. Este diálogo é fundamental para ratificarmos o potencial contido nessa documentação e seu importante valor, para além do caráter probatório, histórico e patrimonial, que retrata um momento peculiar da história da saúde e suas instituições no Rio de Janeiro e no Brasil.

¹⁶ Um resultado exemplar, nesse sentido, encontra-se em Molina et al., 2016.

Este artigo resulta de reflexões originadas no âmbito da pesquisa “Do Hospício de Pedro II ao Hospital Nacional de Alienados: cem anos de histórias (1841-1944)”, CNPq, n. 440832/2015-2. Possui financiamento do CNPq e da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.

Referências

- ABLARD, Jonathan D. *Madness in Buenos Aires: Patients, Psychiatrists and the Argentine State (1880-1983)*. Canada: University of Calgary Press, 2008.
- BECKER, Peter; WETZELL, Richard F. (eds). *Criminals and their Scientists: the History Of Criminology In International Perspective*. Washington, DC: Cambridge University Press, 2006.
- BELLOTTTO, Heloisa. Documento de arquivo e sociedade. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 31, p. 167-175, 2002.
- BRASLOW, Joel. *Mental Ills and Bodily Cures Psychiatric Treatment in the first half of Twentieth Century*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- CUNHA, Maria Clementina. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- DIAS, Allister. Entre el pabellón y el hospicio: problemas y conflictos en la asistencia psiquiátrica en Rio de Janeiro de principios del siglo XX. *Frenia*, Madrid, v. XI, p. 109-129, 2011.
- ENGEL, Magali. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- FACCHINETTI, Cristiana et al. No labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, Fiocruz, v. 17, p. 733-768, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GAVROGLU, Kostas. *O passado das ciências como história*. Porto: Porto Editora, 2007.
- GONÇALVES, Monique. Os primórdios da psiquiatria no Brasil: o Hospício Pedro II, as casas de saúde particulares e seus pressupostos epistemológicos (1850-1880). *Revista Brasileira de História da Ciência*, São Paulo, v. 6, p. 60-77, 2013.
- HUERTAS, Rafael. Another History for Another Psychiatry: the Patient’s View. *Culture & History Digital Journal*, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2013.
- LIMA, Eliseu; FLORES, Daniel. A utilização do Ica-Atom como plataforma de acesso, difusão e descrição dos documentos arquivísticos de instituições públicas. *Informação & Informação (online)*, v. 21, p. 207-227, 2017.
- MATHIAS, Cátia. *O Pavilhão de Observação na psiquiatria do Distrito Federal: a gestão de Henrique Roxo (1921-1945)*. 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.
- MOLINA, Andres et al. Los pacientes del Manicomio La Castañeda y suas diagnósticos: una propuesta desde la historia cuantitativa (México, 1910-1968). *Asclepio: Revista de Historia de la Me-*

dicina y de la Ciencia, Madri, v. 68, n. 1, p. 1-19, enero-junio, 2016.

MOTTA, Márcia. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.

MUNOZ, Pedro; FACCHINETTI, Cristiana; DIAS, Allister. Suspeitos em observação nas redes da psiquiatria: o Pavilhão de Observações (1894-1930). *Memorandum*, Belo Horizonte, v. 20, p. 83-104, 2011.

PORTER, Roy; WRIGHT, David (org.). *The confinement of the insane: international perspectives, 1800-1965*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

RIBEIRO, Daniele. *Tramas da loucura na corte imperial: ciência, caridade e redes de sociabilidade no Hospício de Pedro II (1883-1889)*. Curitiba: Prismas, 2015.

SACRISTÁN, Cristina. La locura se topa con el manicomio: una historia por contar. *Cuicuilco*, Ciudad de México, v. 16, n. 45, p. 163-189, 2009.

_____. Historiografía de la loucura y de la psiquiatria en México: de la hagiografía a la historia pos-moderna. *Frenia*, Madri, v. 1, p. 9-33, 2005.

SALLA, Fernando; BORGES, Viviane. Prontuários de instituições de confinamento. In: RODRIGUES, R. Possibilidades de pesquisa em história. São Paulo: Contexto, 2017. p. 115-136.

SCULL, Andrew. *The Insanity of Place/the Place of Insanity: Essays on the History of Psychiatry*. New York: Routledge, 2006.

VENÂNCIO, Ana Teresa; CASSÍLIA, Janis. Política assistencial psiquiátrica e o caso da Colônia Juliano Moreira: exclusão e vida social (1940-1954). In: WADI, Yonissa M. (ed.). *História e loucura: saberes, práticas e narrativas*. Uberlândia: Edufu, 2010. p. 51-83.

WADI, Yonissa M. Olhares sobre a loucura e a psiquiatria: um balanço da produção na área de história (Brasil, 1980-2011). *História Unisinos*, v. 18, n. 1, p. 114-135, 2014.

_____. *Palácio para guardar doidos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

Recebido em 8/3/2018

Aprovado em 22/1/2019